

Santa Catarina No Caminho da Revolução de Trinta

Karla Leonora Dahse Nunes¹ - PPG-UFSC

Ao longo dos últimos vinte anos renovaram-se as possibilidades interpretativas dos historiadores (das ciências humanas e sociais como um todo). Inúmeras foram e são ainda as contribuições no campo epistemológico, inegáveis as que vieram no bojo das correntes chamadas 'pós-estruturalistas', reacendendo e incorporando elementos contemporâneos às discussões propostas por Nietzsche, Bergson e Freud, entre outros. Nossos campos de pesquisa e análise foram alargados e muitos dizem já não reconhecer as fronteiras entre as diversas áreas de conhecimento que compõem as ciências humanas ou mesmo as fronteiras entre as chamadas "histórias" social e/ou cultural.

Nesse íterim em que tantas coisas nos são dadas a (re)pensar, a (re)ver, a (re)avaliar, entre inúmeras possibilidades, a história política voltou à cena. Repensada, revisada, redimensionada, pois que nos incita a incluir às análises das memórias dos fatos, das violências e das perseguições, a percepção dos sentimentos, e mais, dos ressentimentos, tanto individuais quanto coletivos.

A Revolução de Trinta tem sido constantemente revisitada pelos pesquisadores das ciências humanas que analisam sistematicamente a repercussão/reverberação desta nas mais diferentes áreas (sociais, culturais, políticas, econômicas, entre outras). Tão estudada nacional e internacionalmente, a Revolução de 1930, em Santa Catarina, ainda carece de análises, discussões e, quem sabe, profícuos debates.

Pouco antes da eclosão do movimento de três de outubro que conduziu Getúlio Vargas ao poder, houve eleições para presidente de província em Santa Catarina, sendo vencedor o candidato do Partido Republicano Catarinense Fúlvio Coriolano Aducci. Este politicamente se manteve fiel ao Presidente Washington Luís e, por extensão, ao candidato então eleito Júlio Prestes. Por esta escolha de seu governador, o estado de Santa Catarina passou a

representar, de maneira geral, um estado obstáculo às idéias políticas dos grupos supostamente anti-prestistas e à premente Revolução.

Assim que deflagrado o movimento que se pretendeu revolucionário, partiram do Rio Grande do Sul, uma vez que praticamente dominada a situação de resistência naquele estado, quatro colunas² compostas por tropas do Exército e da Brigada Militar que contava com a adesão de voluntários civis compondo os chamados Batalhões Patrióticos. O objetivo era chegar ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil, apacando pelo caminho os ânimos de resistência do estado vizinho. No caminho das tropas gaúchas, portanto, Santa Catarina.

A resistência política e militar, representada pelo estado de Santa Catarina, não raro, tende a aparecer como muito incipiente, quase insignificante e, talvez, não digna de maiores referências. Pouco se fala, pesquisa ou se escreve sobre os combates entre as tropas revolucionárias (getulistas) e as legalistas (prestistas) em solo catarinense. Conseqüentemente, pouco se discute sobre a temática quer na história política e/ou militar, quer no meio acadêmico, quer nas salas de aula da Educação Básica. É comum o questionamento seguido de exclamações como: *“houve combates em Santa Catarina? Nunca ouvi dizer! Devem ter sido inexpressivos”*.

Embora possivelmente tenha se pensado o contrário, Santa Catarina representou um posicionamento de Estado obstaculizante ao Movimento de Trinta. Se a memória histórica dos *vencedores*, até mesmo como parte do exercício de dominação escreveu a história sob seu prisma, apagando ou minimizando tal resistência, parece razoável questionar que espaço teve nesta escrita o estado vencido? Ou mais particularmente, que espaço foram destinados às cidades e aos catarinenses que se envolveram direta e frontalmente aos *vencedores*? Que destinos foram dados às suas memórias?

As tropas gaúchas entraram em Santa Catarina pela cidade de Araranguá. Nos registros militares lemos:

*“[...] Araranguá caía sem luta [...] caíram Criciúma e Urussanga, logo em seguida Tubarão. [...] Os araranguaenses eram entusiastas pela revolução. E eram de fato. Não por efeito da passagem das forças revolucionárias, mas sinceramente. Desde a campanha eleitoral, deram excelente votação ao Dr. Getúlio Vargas. Em Tubarão, que alcançamos de madrugada do dia seguinte, viajando de trem, já não se verificava o mesmo. **Era uma cidade reacionária. Seus habitantes, com exceções, naturalmente, nos olhavam com certa prevenção**”³.*

É possível perceber pela escrita que algumas cidades aderiram aos ideais revolucionários “sinceramente” outras, talvez, tivessem necessidade de aderir por contingência. Em Tubarão, além do olhar de desconfiança, a cidade não impôs maiores resistências, mas também não demonstrou simpatia. De certa forma, resistiu à sua maneira. Em Tubarão as forças revolucionárias ficaram apenas um dia e seguiram rumo à Florianópolis pela Serra do Mar.

Neste caminho encontraram resistência armada na região conhecida como Serra da Garganta, no município que hoje se chama Anitápolis. No relato de Armando Fay de Azevedo:

“A noitinha (o general⁴ preferia sempre viajar a noite) seguimos rumo a Florianópolis. Tínhamos de atravessar a Serra do Mar. Travessia arriscada, inesquecível. Sabíamos que viajávamos numa estrada estreitíssima [...] mas ao clarear o dia foi que vimos por onde andávamos. De um lado um barranco a pique. Do outro um abismo [...] e a estrada sinuosa, com curvas vertiginosas [...] assim viajamos uma noite e meio dia[...]. Um destacamento da Polícia Catarinense, de uns cento e tantos homens, sob o comando de um tal tenente Mira, sergipano com fama e catadura de cangaceiro, entrincheiraram-se nesse lugar. A posição era considerada inexpugnável. Ninguém passaria pela aquela estrada. A metralha dos jagunços do reacionarismo varreria à força quem ousasse enfrentá-los[...].”⁵

Observa-se do relato acima, o registro, talvez intencional como forma de exaltação militar, das dificuldades em avançar pela inóspita estrada que, além das agruras naturais, ainda apresentava como obstáculo “a metralha dos jagunços do reacionarismo”. Ninguém passaria por aquela estrada, ninguém além dos revolucionários. Os revolucionários, imbuídos da idéia da luta por uma justa causa, por certo, não hesitaram frente à possibilidade de morrer ou matar em combate. Incorporaram o ideal da Revolução e em nome desse ideal avançaram. Prosseguindo o relato, Armando Fay escreve:

“De fato, da estrada não se poderia atacar, embora com superioridade numérica, os policiais catarinenses. Mas o soldado gaúcho não mede sacrifícios para cumprir seu dever. O Major Camilo Diogo Duarte, do 2º Batalhão da Brigada Militar, à frente de um contingente de bravos, escalou a serra por traz da posição ocupada pelos prestistas. [...] Surpreendeu o inimigo pela retaguarda. Desnorteados, os soldados da polícia deixaram-se dominar pelo pânico. Vários, na ânsia da fuga, atiram-se pelo precipício. Dezenas, inclusive o comandante, foram aprisionados. O número de mortos e feridos também foi sensível. E foi apreendida grande quantidade de armamento e munição [...]”⁶

No final do ano de 2002, viajando a trabalho e desconhecendo ainda a história do combate da Serra da Garganta, conheci o município de Anitápolis, distante de Florianópolis cerca de 80 km. A cidade ainda não possui acesso asfaltado, o que é curioso e contraria uma regra aplicada à maioria dos municípios catarinenses vizinhos. Isso tem dificultado a comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros lá produzidos e até mesmo, a simples visita.

Em conversa informal com alguns moradores sobre as possíveis razões para tal ocorrência, uma resposta comum era a de que a cidade já tivera uma economia promissora, tanto pela fruticultura quanto pelo movimento garantido pela existência de um Patronato Agrícola, criado em 1916 e no qual chegaram a ser matriculados duzentos meninos oriundos do

Rio de Janeiro, de onde também, era a procedência da maioria dos professores do Patronato. Quando falam no Patronato expressam um ar de orgulho.

Na memória registrada em livro pelo Padre Dall’Alba⁷, a cidade pareceu crescer até a chegada do Presidente Getúlio Vargas ao poder e, após, teria sofrido um processo deliberado de “esquecimento” político atribuído a uma possível retaliação por ter servido à causa legalista. É que, para conter o avanço das tropas militares revolucionárias, a Força Pública Catarinense, porque em número insuficiente, recrutou homens da região para engrossar suas fileiras. Cerca de sessenta.

Nos relatos colhidos dos moradores, os homens que serviram como voluntários, foram enganados⁸, porque ao serem recrutados, o foram com o argumento de que ajudariam a conter uma quadrilha de ladrões de gado. Não teriam lhes informado, num primeiro momento, que combateriam com as tropas de Getúlio. Souberam depois, quando já estavam entrincheirados na Serra da Garganta, mesmo assim teriam feito a opção de não recuar, pois estavam certos que obteriam sucesso em sua empreitada.

Sobre o combate, em entrevista com Sálvio Rodrigues Brasil (um dos primeiros moradores de Anitápolis), o padre registrou: *“Na Garganta havia se postado um piquete com 35 soldados da Força Pública do estado. O tenente Mira comandava o destacamento. Logo vieram aqui e requisitaram todos os funcionários públicos, os trabalhadores das estradas, os diretores do Patronato. A motivação era cercar uma quadrilha de ladrões que subiria pelo vale. De revolução ninguém sabia de nada. Juntaram uns 60 paisanos.”*⁹

À época, sem ser pelo litoral, a única via de acesso à capital Florianópolis, dava-se pela Serra do Mar da qual Anitápolis era caminho. A região foi então considerada vital pelas forças militares legalistas para conter o avanço das tropas rebeldes. Armados com metralhadoras e em posição estratégica acreditaram que naquele local, teriam êxito na contenção do avanço das tropas à capital.

Tomando conhecimento ou imaginando a provável emboscada, ao invés de virem pelo caminho esperado, os líderes das tropas gaúchas contrataram *bugreiros*¹⁰ com a intenção que estes os conduzissem pela ‘mata virgem’ e não pela conhecida estrada.

Atacaram de surpresa à noite, dificultando uma reação mais incisiva. Mesmo assim, travou-se no dia sete de outubro, um primeiro combate desde a saída do Rio Grande do Sul e a chegada em terras catarinenses, com duração de, aproximadamente, duas horas. Doze homens foram a óbito naquele local, outros tantos (sem que me seja possível conferir o número exato nos boletins militares pesquisados até a presente data), foram feridos, sendo socorridos pelos “inimigos” nas enfermarias de campanha. Muitos sumiram mato adentro, morro abaixo. Alguns reapareceram tempos depois, outros, nunca mais.

Um dos combatentes reapareceu na cidade em novembro, era dia de finados, me contou o Sr. Valdemiro¹¹ viu alguns moradores no cemitério e imaginou que o estrago ali fora grande, maior do que imaginara e que só os que estavam em pé, haviam sobrevivido ao ataque das tropas revolucionárias, então se pôs a chorar e a gritar pelos seus conhecidos. Os que viram não conseguiram conter as gargalhadas.

Seguindo o escrito do padre Dall’Alba, depois do combate, o Presidente Getúlio Vargas, supostamente como represália pelo fato dos homens da cidade (sendo que alguns eram professores ou funcionários do Patronato) terem se aliado à Força Pública Catarinense, tratou de fechar o Patronato Agrícola e, com isso, acabou com a economia da cidade que vivia em sua função, relegando-a ao esquecimento e, até hoje, *nem asfalto recebeu*.

“A senhora sabe que nem um monumento aos combatentes, o governo se interessou em erguer ou preservar? Ta lá a Cruz na Garganta. Deve estar tomada pelo mato, ninguém mais vai lá, só os trilheiros [...] antes dava pra ver até onde armaram as metralhadoras, hoje eu não sei mais. Aqui nem o Prefeito liga para o acontecimento, entregaram tudo que era documento para a cidade São Bonifácio, para o museu deles, mas pelo certo deveria

estar aqui, na nossa cidade, pois a coisa toda aconteceu na nossa cidade e não lá, mas pelo menos eles cuidam da história da gente, né?”¹²

Paradisíaco e abandonado o local do combate aos poucos vai sendo realmente esquecido. Talvez não o tenha sido totalmente porque ainda estão vivos os que querem lembrar. Que sentidos há neste esquecimento?

Oficialmente, que memórias o Estado de Santa Catarina guarda da Revolução de 1930 através, por exemplo, de sua Força Pública Catarinense hoje, Polícia Militar?

Nas memórias das pessoas que entrevistei formalmente, há expressões que denotam (re)sentimentos pelo ocorrido. Naquela cidade, diante daquelas pessoas, daqueles relatos, lembrei-me da leitura e do desafio lançado por Pierre Ansart que consiste em colocar a questão dos sentimentos nos domínios da ação e do pensamento político. *“A dimensão afetiva da vida política, os sentimentos comuns, as paixões coletivas que participam das práticas políticas constituem um domínio de difícil conhecimento, um desafio, portanto. Como compreender e explicar a intensidade de uma emoção coletiva e suas conseqüências, a persistência de um apego, a violência de um amor ou de ódios políticos?”¹³*

Os meios para disseminar uma representação na e da sociedade são construções que vão se tornando com o passar dos anos, ou mais sólidas porque condensadas, ou mais frágeis porque se esfacelam mediante a ação do tempo. Historicamente o estado de Santa Catarina vem sendo representado como reacionário nos mais diferentes momentos de sua história.

Analisar as fontes que tratam da resistência, dos embates e combates, dos medos e dos ressentimentos, na perspectiva das lembranças e dos esquecimentos *“[...] exige de nós historiadores, filósofos, literatos, cientistas sociais, o abandono de antigas verdades e da segurança proporcionada por modos de pensar confortáveis em seu acordo prévio com certezas há muito sedimentadas, afirmações que se tornaram lugares-comuns. Aceitamos o desafio de enfrentar uma viagem menos segura: a de percorrer temas complexos que exigem, para serem explorados, a modéstia, ou talvez seu oposto, a pretensão do exercício*

interdisciplinar que indaga, duvida e se aventura em tarefas de desconstrução de moradas do saber, nem sempre recompensado por uma nova edificação”¹⁴

¹ Aluna do Programa de Pós Graduação em História – Doutorado - UFSC. (karla@intercorp.com.br)

² Das quatro colunas, que deveriam seguir três direções diferentes, a primeira, seguiu pelo interior de Santa Catarina; a segunda o mesmo rumo, servindo como proteção de retaguarda; a terceira, comandada por Ptolomeu de Assis Brasil, avançou pelo litoral catarinense até a capital Florianópolis, centro da resistência legalista e o quarto grupo, por via férrea, seguiu através de Porto União rumo ao Paraná.

³ Relato de Armando Fay de Azevedo IN.: RIBEIRO, Aldo ladeira. Esboço Histórico da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Brigada Militar/ MBM, 1987. Vol.3, p 245. Os grifos são meus.

⁴ Trata-se do General Ptolomeu de Assis Brasil

⁵ Azevedo, op cit.

⁶ Azevedo, op.c Cit. p 245.

⁷ DALL’ALBA, João Leonir. História do Vale do Braço do Norte. Florianópolis: 1973.

⁸ Esta idéia também está registrada no livro do padre Dall’Alba o qual realizou várias entrevistas com moradores que participaram do combate.

⁹ DALL’ALBA. Pp 343-344.

¹⁰ Os bugreiros são remanescentes dos ‘caçadores de índios’, conheciam as matas com assustadora destreza.

¹¹ Entrevista concedida pelo Sr. Valdemiro Batista, 77 anos, morador da cidade de Anitápolis. Gravada por mim em março de 2003.

¹² Entrevista com o Sr. Valdemiro, op cit.

¹³ ANSART, Pierre. In.: BRESCIANI, Maria Stella (org.). Razão e Paixão na Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

¹⁴ Na apresentação do livro, explicando de onde a idéia das indagações a uma questão sensível, do grupo de estudos criado em Campinas que originou um Colóquio “Memória e (Re)Sentimento”. BRESCIANI, Maria Stela e NAXARA, Márcia (Orgs). Memória e (Res)sentimento: Indagações Sobre Uma Questão Sensível. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2001. pp 9 e 10.